



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

Perspectivas Sociais e Econômicas da Amazônia Contemporânea

Aristides Rocha

fac-similado N.º 66



CULTURA



PERSPECTIVAS SOCIAIS E ECONÔMICAS
DA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

GOVERNO DO



AMAZONAS

GOVERNADOR DO AMAZONAS

Amazonino Armando Mendes

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS

Samuel Assayag Hanan

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO

Robério dos Santos Pereira Braga

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO

Vânia Maria Cyrino Barbosa

SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA

Delzinda Ferreira Barcelos

ASSESSOR DE EDIÇÕES

Antônio Auzier Ramos

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA CULTURA

Saul Benchimol – Presidente

SEC

Secretaria de Estado da
Cultura, Turismo e Desporto

Av. Sete de Setembro, 1546

69005-141 – Manaus-AM-Brasil

Tels: (92) 633.2850 / 633.3041 / 633.1357

Fax: (92) 233.9973

E-mail: sec@visitamazonas.com.br

www.visitamazonas.com.br

ARISTIDES ROCHA

PERSPECTIVAS SOCIAIS E ECONÔMICAS
DA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA

(FAC-SIMILADO)



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

CULTURA



Edições
Governo do Estado

Copyright © 2002 Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto.

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Antônio Auzier Ramos

CAPA
Vanusa Gadelha / KintawDesign

PROJETO GRÁFICO
KintawDesign


AmM Rocha, Aristides.

F.73

Perspectivas Sociais e Econômicas da Amazônia Contemporânea / Aristides Rocha (fac-similado). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2002.

40 p. Coleção Documentos da Amazônia n.º 66

Raro



O programa de Edições do Governo do Estado que vem sendo desenvolvido desde 1997, alcançando resultados crescentes, inclusive com a participação em feiras e bienais internacionais, vem se utilizando também dos meios modernos de tecnologia, como a Biblioteca Virtual do Amazonas e livros digitais.

A Amazônia, e em especial os assuntos amazonenses, ganham proeminência e vão servindo bibliotecas e estantes de estudiosos, suprimindo de todos os meios e modos as antigas necessidades que tínhamos.

Tem sido vital a participação da Biblioteca Pública e sua equipe neste empreendimento que a Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto vem cumprindo, de forma incessante.

Amazonino Armando Mendes
Governador do Estado do Amazonas

Apresentação

Muitos têm sido os estudos publicados sobre a Amazônia, especialmente com propostas e análises de aspectos os mais diversos para o desenvolvimento econômico da região. Alguns autores efetivamente têm conhecimento e, portanto, autoridade para fazê-lo. Outros o fazem apenas por não resistirem à tentação de cuidar do mais pitoresco, exótico e entusiástico tema para os brasileiros e os desenvolvimentistas de todo o mundo: a Amazônia.

O presente estudo, agora republicado de forma fac-similar, nesta *Coleção Documentos da Amazônia*, representa uma das contribuições do dr. Aristides Rocha, político e jurista que residiu e trabalhou no Amazonas, formou família e tradição e a quem devemos a federalização da Faculdade de Direito do Amazonas, núcleo que restou da primeira universidade brasileira em que se constituiu no sonho da Universidade Livre de Manaus.

Trata-se de discurso proferido perante a Comissão Parlamentar da Câmara Federal, em evento promovido pela Liga Contra a Tuberculose, em junho de 1947, ao tempo da reconstitucionalização do país, depois do alongado período de governo getulista. Preparava-se o Programa de Amparo e Defesa da Amazônia, em consequência da inclusão na Constituição Federal de 18 de setembro de 1946 de determinação especial de valorização da Amazônia, em cuja luta se destacou, com autoria e proeminência, o então deputado federal Leopoldo Peres.

O autor analisou as implicações da política da borracha, da racionalização da indústria extrativa, do acordo do Banco da Borracha com o Instituto Agrônomo do Norte e o Ministério da Agricultura, da insuficiência da frota fluvial para atender aos aspectos econômicos, da ineficiência das estações

telegráficas, do descaso dos governos com a região, da criação dos territórios federais, alguns deles desmembrados do território amazonense, e firmou-se defendendo a valorização do vale amazônico e sinalizando com a possibilidade de perda do território para outros interesses internacionais, concluindo por sugerir medidas que, vistas aos tempos de agora, parecem ainda ser perfeitamente admitidas.

No capítulo da educação, contestou os resultados das escolas técnicas, salientou a ação das missões religiosas alastradas por vários municípios do interior, para analisar a saúde pública como caótica pela presença de grande número de impaludosos, tuberculosos, pela desnutrição, ausência de médicos. Esta realidade, dura e crua, que analisou, só poderia ser vencida pelas novas gerações, segundo pregava .

O autor nasceu no Piauí em 1882 e faleceu em Manaus em 1950, sendo advogado formado pela faculdade do Recife, integrou o Partido Republicano Democrata, foi redator do jornal *O Tempo*, da capital amazonense, eleito deputado estadual, deputado federal e senador da República, sendo membro da Comissão dos 21, para revisão constitucional, em 1924.

Cabe, por mérito, nas edições Governo do Estado, que a Secretaria da Cultura e Turismo vem realizando, nesta nova fase, desde 1997, e por isso mesmo, ao lado de tantos outros títulos reeditados, retirei-o da minha biblioteca particular para servir de forma mais ampla a quantos se interessam pelos temas e autores regionais.

Robério dos Santos Pereira Braga
Secretário de Cultura, Turismo e Desporto

ARISTIDES ROCHA

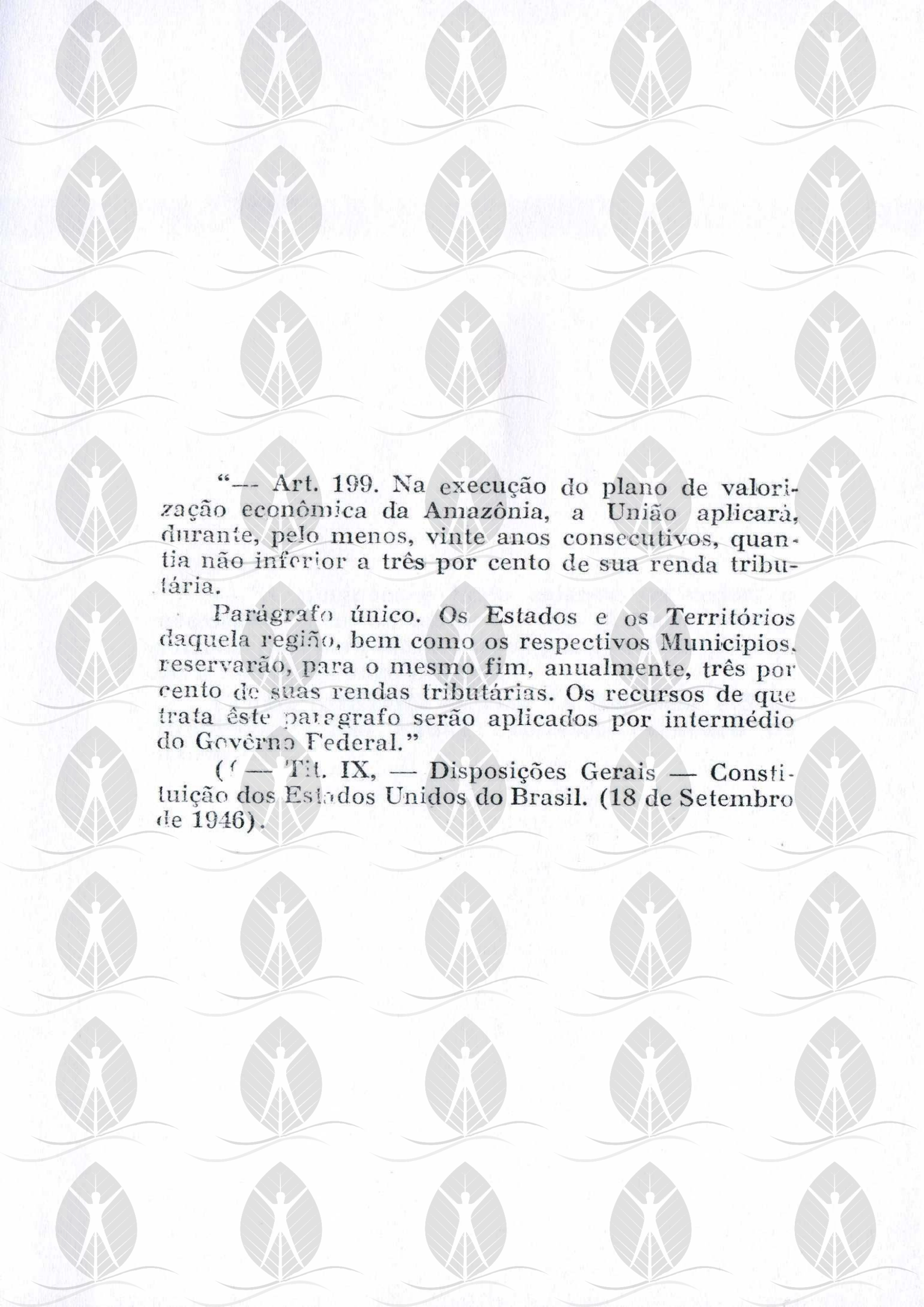
PERSPECTIVAS
SOCIAIS
E
ECONÔMICAS
DA
AMAZÔNIA
CONTEMPORÂNEA

(— Contribuição ao Planejamento da Defesa e Amparo da Amazônia, apresentada aos membros da COMISSÃO PARLAMENTAR, respectiva, em discurso de abertura dos trabalhos da **Meza Redonda** sobre o assunto, promovida pela Liga Contra a Tuberculose. —)

MANAUS — ESTADO DO AMAZONAS — BRASIL
JUNHO DE 1947.



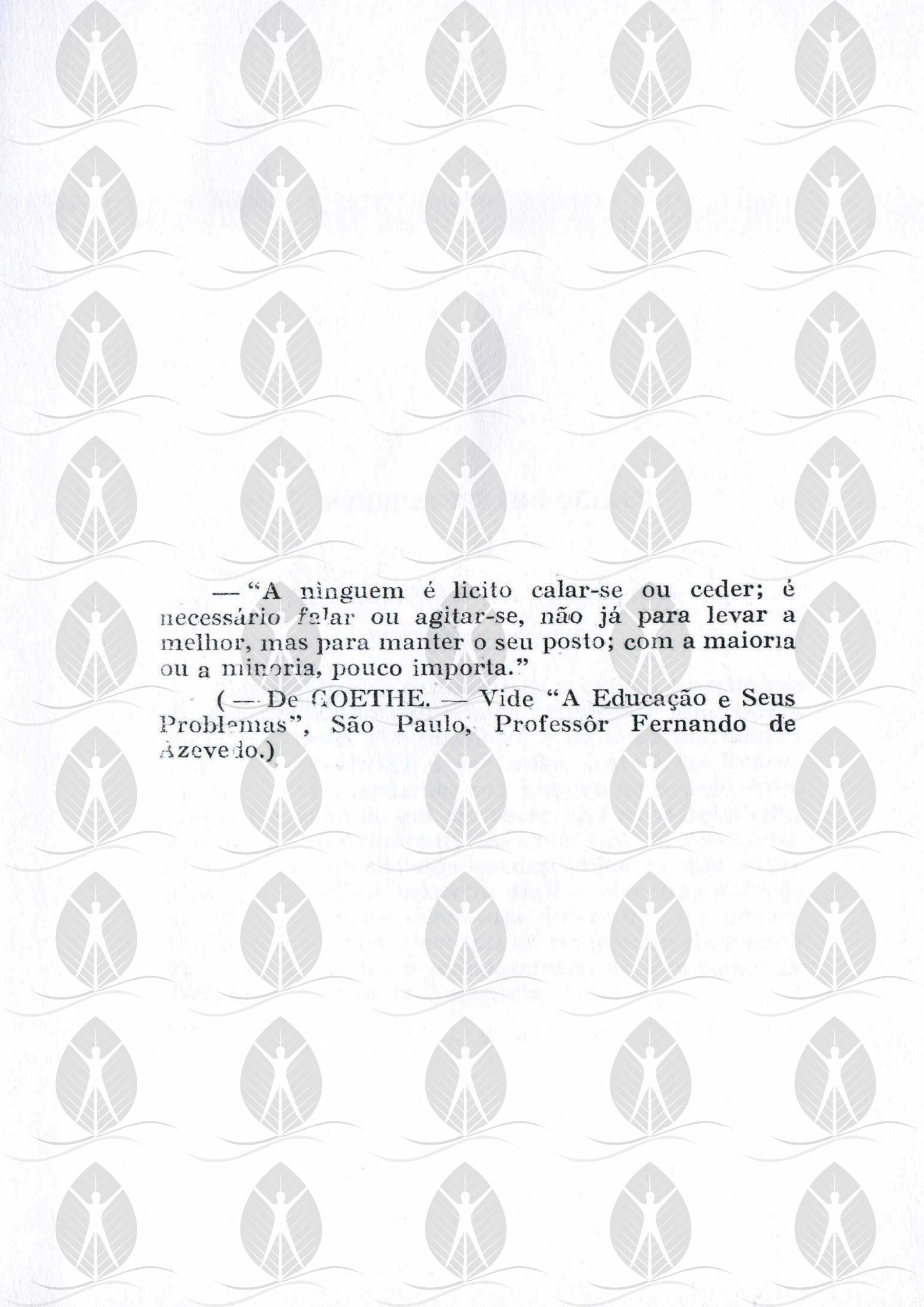
AO POVO DO ESTADO
DO
AMAZONAS.



“— Art. 199. Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária.

Parágrafo único. Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão, para o mesmo fim, anualmente, três por cento de suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal.”

(— Tit. IX, — Disposições Gerais — Constituição dos Estados Unidos do Brasil. (18 de Setembro de 1946).



— “A ninguém é licito calar-se ou ceder; é necessário *falar* ou *agitar-se*, não já para levar a melhor, mas para manter o seu posto; com a maioria ou a minoria, pouco importa.”

(— De GOETHE. — Vide “A Educação e Seus Problemas”, São Paulo, Professôr Fernando de Azevedo.)



PERSPECTIVAS SOCIAIS

E

ECONÔMICAS DA AMAZÔNIA

CONTEMPORANEA

Dizer sôbre as perspectivas sociais e econômicas da Amazônia contemporânea representa uma tarefa de tal elastério, tão complexa e de tamanha magnitude, que o dinâmico organizador desta **Meza Redonda** bem compreendendo sua importância, desdobrou o assunto, afim de que êle fôsse, de fôrma detalhada, estudado objetivamente, em cada um de seus aspectos, pelos especialistas encarregados de sua exposição e da melhor maneira de lhes dar uma solução adequada e conveniente aos interesses da grande região, no momento em que se vai decidir, de maneira concreta, sôbre o planejamento do **Programa de Defesa e Amparo da Amazônia**.

BORRACHA

De início, julgámos conveniente fazer considerações concernentes ao caso da borracha, que é o problema máximo que preocupa a Comissão Parlamentar que nos visita e pede, num gesto de inteligente compreensão, nossa colaboração e nossas sugestões.

Eramos os únicos produtores de borracha. Perdemos a hegemonia dessa produção. E' que a nossa industria extrativa, ainda agora continúa, como nos antigos tempos, baseada na destruição sistemática dos nossos vegetais. Os homens públicos e os homens de negócios cerraram ouvidos a todas as advertências e a todos os conselhos. Não plantámos. Não tivemos o cuidado de sanear e povoar zonas apropriadas ao desenvolvimento dessas plantações. Daqui fôram levadas as sementes magnificas, depois cultivadas no Oriente, que nos arrebatou a situação de principais produtores. A descoberta de CHARLES GOOD YEAR, (1839) — proclamando que a borracha, em combinação com o enxofre, resistia às altas e baixas temperaturas, tornou possível a de HANCOCH sôbre o processo chamado de vulcanização. Ficou assegurado, assim, o triunfo, manufatureiro, da borracha. COLLINS (1873), — vem ao Amazonas e conduz as primeiras sementes, remetidas para CALCUTA, onde não vingaram. Em 1876, o especialista inglez WICKHAM, levou, daqui, sorrateiramente, 70.000 sementes escolhidas, trasportando-as para KEW, das quais vingaram 2.800 plantas. Foi esse o começo de nossa quêda e de nossa ruina. Foi-nos arrebatado o lugar de primeiros, para não dizer de únicos produtores da chamada goma elástica.

A dura verdade é que o nosso trabalho não tem tido organização. São, ainda, precaríssimas as condições de crédito. Os transportes estão rareando cada vez mais. Os impostos são excessivos. Fômos relegados ao abandono. Esqueceram-se que a nossa borracha foi o sustentáculo, durante muito tempo, da nossa **Balança Internacional**. Anos houve em que sua contribuição atingiu a **VINTE MILHÕES DE ESTELINOS!**... Olvidaram, também, que a unidade nacional, a guarda desta vastidão territorial, foi assegurada e mantida por nós, — pelo Amazonas, na pessoa dos cabôclos destemidos da gléba e nas dos bravos e dessemerosos nordestinos, que para aqui vieram tangidos pelas sêcas do Nordeste. Abandonados e desassistidos, foi o nosso comércio, fôram os nossos patrícios, os seringalistas e seringueiros, que desbravaram trechos enormes de terras, hoje habitaveis, enfrentando as solidões tenebrosas, sem nenhum amparo e nem mesmo garantias de vida, através de organismos de segurança eficientes. Os barrancos dos nossos rios guardam as ossadas dos que tombaram na luta. Sómente os mais fortes resistiram. E dêses — uns, regressaram ao Nordeste, pobres e inutilizados, pelas doenças aqui adquiridas, — e outros, aqui ficaram, fixados ao sólo generoso, com famílias constituídas, dirigindo a formação dos nossos núcleos principais de produção e colonização no interior.

A vida comercial dos homens da Amazônia é de sustos, de intranquilidade, de impossibilidade absoluta de cálculos racionais para operar. Anos em que a borracha sóbe; anos em que a sua cotação é infima. O comércio do Amazonas, tão injustamente acusado, vilipendiado mesmo, pelos arrivistas e por muitos

que desconhecem sua honradez, capacidade de iniciativa e de trabalho, sofreu as consequências dessa desastrosa política de imprevidência dos Governos. Fortunas enormes desapareceram, casas importantíssimas faliram. Por exemplo: — Mélo & Cia., B. A. Antunes & Cia., Manuel Vicente Carioca, Tancredo Porto & Cia., para falar sómente, das mais importantes, baquearam. Lançaram os respectivos sócios mãos de todos os seus recursos. Sacrificaram tudo quanto possuíam, sem poupar nem mesmo os bens de família, vendidos a preços irrisórios. Propriedades hoje avaliadas em milhões de cruzeiros, fôram, para efeito de pagamento, honesto, aos credôres, alienadas por dezenas de vezes abaixo do seu valôr. Exemplos: — O prédio hoje de propriedade da “Aliança da Baía” foi vendido por sessenta (60) contos, sendo o seu valôr superior, na realidade, a quinhentos. A casa que pertence à “Booth Line And Company Limited”, que se não constrôe por um milhão de cruzeiros, foi sacrificada por cento e poucos contos. A casa, que é hoje séde do Palacio Rio Negro, pertenceu a Waldemar Sholtz, chefe da firma Sholtz & Cia. Foi uma das que baquearam com a baixa Jesmedida do preço da borracha. Esse prédio que custou mais de mil contos, foi vendido ao Estado, no govêrno Pedro de Alcantara Bacelar, pela quantia ridicula de duzentos contos! Perderam tudo, — embarcações, jóias, e até as casas de residência!... Os sócios dessas grandes organizações comerciais morreram todos pobres, honrados, abatidos pela desventura ocasionada pela luta, sem vintém, fechando os olhos em camas de hospitais que outrôra haviam auxiliado. Esse comércio, na parte que não sossobrou, — sómente êle, sem ajuda e sem assis-

lência de crédito, manteve, heróicamente, nos anos horríveis de crise, seu auxílio eficiente, à continuação dos trabalhos nos seringais. Mas, para honra nossa, o comércio do exterior e do sul do país, sempre proclamou a honestidade inatacável do benemérito comércio amazonense. Assim, os seus componentes têm fundas razões de máguas, quando tais verdades não são proclamadas. Dêsse mal estar também vive o Estado. Anos seguidos de **deficits** orçamentários. Anos de excesso inesperado de Receita. Ninguém ignora que a falta de equilíbrio ou **exata correspondência** entre a receita e a despesa seja pela evidência de **deficit**, como de **superavit**, constitui uma irregularidade ou uma infração. Uma vida de trapezistas, lutando contra o desequilíbrio, em perfeita montanha russa. E por que?... É que os Governos cruzaram os braços, notadamente o Governo Federal. Daqui saía a produção que dava volume à nossa Balança Internacional. Daqui levavam as rendas. O resto não lhes interessava.

Veio a segunda Grande Guerra. A misera traição de 7 de Dezembro de 1941, perpetrada pelos **amarélos** contra os Estados Unidos, nossos grandes e heróicos aliados, em Pearl Harbour, alertou a América em pezo. Havia necessidade de matérias primas. Entre elas avultava, consideravelmente, a borracha. Houve a mobilização geral nêsse sentido. Fôram assinados os chamados **Acôrdos de Washington** e creado o Banco de Crédito da Borracha S/A, instituto incentivador de sua produção, encarregado de adquiri-la. E os financiamentos se fizeram, — uns, eficientes, — e outros, improdutivos e prejudiciais. O preço da produção foi fixado, com prejuízo, para nós; nossas safras de castanha fôram sacrificadas e a agricultura

da região já promissoramente iniciada, paralizou, porque a necessidade máxima era de borracha, para os caminhões, os bombardeiros gigantes, os "jeeps" e outros fins. Ainda fomos nós os prejudicados, como sempre. O momento angustioso, aliás, não permitia que se tratasse da racionalização da indústria extrativa. O Decreto-Lei N.º 6.910, de 27 de Setembro de 1944 autorizou a realização de acôrdos entre o Ministério da Agricultura e o Banco da Borracha, por fôrça dos quais o Instituto Agrônômico do Norte se comprometia fornecer ao Banco 80% das mudas e das sementes lactíferas recomendadas para a região. Já o Decreto N.º 451, de 9 de Julho de 1942, que criou o Banco da Borracha, — tratava do saneamento e colonização das melhores zonas produtôras de borracha, afim de que nas mesmas fôssem plantadas e cultivadas as espécies de **heveas** de maior rendimento e resistência, indicadas pelo Instituto mencionado.

Devemos plantar seringueiras como os americanos plantaram laranjeiras. Num dos lindos jardins de RIVERSIDE, na California, é exibida como um verdadeiro santuario, uma velhissima laranjeira, tratada com desvelo, que é uma das mudas remetidas do BRASIL, via WASHINGTON, em 1873. Essas mudas são as antepassadas dos milhões e milhões de laranjeiras, hoje constitutivas do fantástico pomar que faz a fortuna da California. Mais de 13.000 plantadores constituem uma só das muitas cooperativas. A exportação é assombrosa, para o mundo inteiro, no valor, a ultima de mais de dois bilhões de dolares de frutas citricas.

Mas, que nos conste, o Banco, lamentavelmente, não tomou iniciativas nêsse sentido. Ficou inerte.

na parte justamente precípua de sua existência e continuação. Sómente agora, sob a patriótica presidência do nosso dinâmico e ilustrado patricio doutor FIRMO DUTRA é que êsse problema está sendo encarado no sentido de ter execução.

Toda a gente na Amazônia depende diréta ou indiretamente da borracha. As plantações americanas e inglezas, na Ásia, estão sendo reorganizadas. O Governo argentino está a amparar e desenvolver, com sucesso, a plantação do guayule, pois os paizes que não têm borracha natural, trabalham, atualmente, com o objetivo de conseguir uma produção própria indispensavel à industria, pezada, de guerra. Devemos dar combate, sem tréguas, aqui, e em todo o paiz, aos impatrióticos técnicos e economistas improvisados, que desejam facilitar a entrada do produto oriental, alegando, agora, que teremos uma borracha mais barata.

Nessas populações vivem isoladas. Não ha transportes. As embarcações que naufragaram não fôram substituidas e as que se inutilizaram não fôram reparadas.

Necessitâmos aumentar, duplicar, triplicar, quadruplicar nossa frota fluvial, com pequenas embarcações, prôprias à navegação em todas as épocas e em todos os rios, sob pena de sossobrarem todas as iniciativas aproveitaveis.

Precisâmos de estações telegráficas, realmente utilizaveis, hoje de instalações relativamente baratas e possiveis em todos os centros populosos do interior.

O dilema é êste: — ou os Podêres Públicos tomam a sério a restauração econômica do Vale Amazônico, para o efeito de sua imediata valorização, — ou ninguem se espante, dia virá que correremos

o risco de perder essa riquíssima região, até hoje, embora com as deficiências apontadas, exclusivamente mantida e defendida pelos naturais da gléba e pelos nordestinos, amparados pelos nosso comércio.

A providência da criação dos Territórios Federais, nas zonas fronteiriças — no Acre, no Guaporé, no Rio Branco, para falarmos unicamente no que interessa a êste Estado, foi uma medida que, encarada sob o ponto de vista nacional, de seus aspectos sociais e econômicos, representa antes um bem, que um mal para o Amazonas. Essas regiões estão sendo beneficiadas, amplamente, pela União, que nas mesmas instalou serviços melhores, de administração, segurança, educação, saúde e colonização, fazendo construções, montando Usinas, serviços de água e luz modernizados, fundando Escolas e Hospitais, benefícios êsses que, na verdade, não podia o Estado estipendiar.

Regionalmente encarada, essa questão, justo será que o Estado receba uma equitativa indenização, — a que tem direito, dado que a União, desmenbrando o nosso território, para constituir outros, autônomos, devia ter assumido o encargo de nos libertar de nossas Dividas, — externas e internas, contraídas, em grande parte, para a manutenção de nossa soberania, sobre o Acre. “Quando um Estado se destaca de outro, tornando-se independente, manda a doutrina que se julgue esse Estado como corresponsavel das dividas do Estado do qual se destacou.” (Prof. José Bonifácio Olinda de Andrada, Catedrático de Ciência das Finanças da Universidade do Brasil.) Nêsse sentido apresentei, quando Deputado Federal, à consideração da Câmara dos Deputados, um projeto convertido em lei, em 1921, determinando

um acôrdo sôbre o litigio do Acre e autorizando a abertura dos créditos necessários para indenizar o Estado. Isto é o que se deve pleitear e não o retorno dos Territórios, porque, da permanência dêles só poderemos colher resultados comerciais, educativos, econômicos e de segurança, nacional, não nos devendo esquecer que êles vão colaborar, connosco, no problema máximo de restauração da Amazônia Brasileira.

A moeda franceza está profundamente desprestigiada, vale dizer, desvalorizada. Nossa Dívida Externa é com a França. Não se valoriza uma região sem cuidar da liquidação de suas dívidas. O momento é propício para com a verba que as Constituições Federal e dos Estados amazônicos consignam, promover a Comissão a liquidação das dívidas externas dos Estados da Amazônia.

Diante do ligeiro panorama traçado, é de sugerir as seguintes providências: —

a) A planificação de providências para a escolha, imediata, das zonas mais apropriadas, que devam ser saneadas, afim de ser intensificado o plantio da seringueira. O futuro da região como produtora, principal de borracha, assim o exige;

b) A realização de acôrdos com grandes proprietários, sem favoritismos, dessas zonas, interessando-os nêsse sentido e financiando as plantações que tenham de fazer em suas terras;

c) A liquidação das Dívidas Externas e Internas, dos Estados da região amazônica;

d) Promover o desenvolvimento agrícola e o aproveitamento das zonas previamente escolhidas, afim de serem saneadas;

e) Promover o contrato de técnicos dos diversos assuntos para elaborarem todos os planos;

f) A aquisição de uma frota fluvial apropriada à navegação de nossos rios, em qualquer época do ano;

g) A criação de um organismo, técnico, destinado à desobstrução dos nossos rios;

h) A montagem de estações rádio-telegráficas, em todos os centros populósons do interiôr, modernizando-se as instalações já existentes e amparando-se o funcionalismo respectivo;

i) Subvencionar, permanente e progressivamente as Missões Salesianas, no sentido de desenvolverem a assistência educacional e hospitalar, prática, como ensinava São João Bôscos, às populações das zonas em que trabalham seringueiros e seringalistas neste momento.

II

EDUCAÇÃO

Passámos, agora, a fazer considerações outras sôbre o plano educativo.

A União já tomou o encargo de prover de cuidados indispensaveis a preservação física e moral da infância e da juventude. Creou as instituições públicas de ensino de todos os graus, de maneira a permitir aos que não têm recursos possibilidades de receberem uma educação adequada às suas faculdades e às suas tendências. Impoz às Empresas Industriais e Sindicatos, cada qual na sua esfera, o dever de crearem Escolas destinadas aos filhos de operários.

Esses cuidados se iniciam com o amparo às

mães, proporcionando-lhes recursos para tratamento de saúde, cuidados higiênicos, antes, durante e depois do parto.

Periodos houve em que se gastava pouco com a Educação. Hoje já não é assim, pois temos a *escola una* (cabe o direito ao ensino a todos os habitantes do território nacional, como consequência, notavel, do sistema representativo); a *escola experimental* (que exige laboratórios, melhor equipamento e organização especial); as *escolas sociológicas* (que procuram reunir, em um único grupo, professôres e alunos, afim de que surjam novas doutrinas e idéias); e, finalmente, - despezas, outras, com o ensino técnico, primário, secundário, superior e professorado.

Na Amazônia, entretanto, forçoso é confessar, as Escolas Técnicas não têm proporcionado os resultados que eram de esperar devido ao excessivo cunho burocrático e a falta de assistência da Administração.

Louvemos, no momento em que nos preocupa a solução dos nossos grandes problemas, o ato de patriotismo e de coragem do eminente Sr. General EURICO GASPARD DUTRA, Presidente da República, determinando o fechamento das *Escolas da juventude Comunista*, destinadas pelos propugnadôres da dominação estrangeira em nossa Pátria, com o Senador Prestes à frente, a preparar uma geração que atuasse contra os nossos interesses supremos e contra a nossa soberania.

Não devemos esquecer a lição do grande e ilustre educador Leonel Franca, ao defender o principio de que mocidade necessita ser educada nos principios cristãos e democráticos.

“O jovem apreende por pontos; o seu pensar é desarticulado, fragmentário, parcial; uma idéia empolga-o na sua primeira aparição e êle deixa-se fascinar, por seu aspécto sedutór, sem lhe inquerir as longinquas e possíveis repercussões; seus juizos são, de regra, precipitados, unilaterais, exclusivos. É a virilidade que enfecha os conhecimentos dispersos, unindo-os, pontos em linhas e as linhas na harmonia de uma arquitetura completa.”

“Um espirito vigoroso, mas desvairado pela paixão, encontra-se quási sempre na genese de um preconceito; um punhado de discipulos ou de admiradôres, empenhados no mesmo interesse, incumbe-se de ampliar-lhe as zonas de contágio; um grupo social, mais ou menos vasto, por êles atingido, prolonga-lhe, com a ressiistência de sua inércia, a influência nefasta.”

Fôram êsses os males que o Decreto presidencial, numa perspectiva de alto descortino, de preservação da nossa soberania, procurou evitar. Não precisámos que a nossa mocidade seja educada em Escolas Comunistas.

Nêste Estado, as Missões Religiosas, salesianos à frente, têm prestado os mais relevantes serviços à educação da nossa juventude. Aqui na Capital, em Barcélos, em São Gabriel, no Alto Rio Negro, em Humaitá, Pôrto Velho, hoje Território Federal do Guaporé, São Paulo de Olivença, Tefé, Benjamin Constant, em todos êsses lugares, ha estabelecimentos educacionais e hospitalares proporcionalmente modelares, de instrução dos jovens amazônidas, de catequése dos nossos pequenos selvícolas, que não têm se desenvolvido mais pela angustia de recursos Seria conveniente sugerir, com a devida venia, aos membros da Comissão

Parlamentar, encarregada do planejamento da valorização da Amazônia, a oportunidade de insistir nesse problema capital-o de amparar as Missões Religiosas, no sentido de serem subvencionadas as despesas com a assistência privada, casas de caridade, subvenções, etc., que os salesianos, com tanto sacrifício e abnegação têm disseminado pelo interiôr, pelas fronteiras da Pátria.

Essas Escolas, no interiôr, educam o homem de amanhã, no próprio ambiente rural, influem na sua fixação ao sólo de nascimento e preparam uma população orientada e sadia, para o engrandecimento de nossa terra e solução melhor dos nossos mais angustiantes problemas.

Os poucos operários que temos conseguido preparar, são aprendizes, que começaram a trabalhar nas Empresas particulares, de transporte, de energia elétrica, de navegação e em estabelecimentos industriais.

A Escola Técnica de Manaus, casa para cuja manutenção o Govêrno Federal dispende milhões de cruzeiros, anualmente, que se saiba, nunca preparou um técnico, um operário-padrão, um mecânico, apesar das instalações custosas, que não funcionam e que não estão sendo devidamente conservadas.

O próprio Edifício, que também custou alguns milhões de cruzeiros, necessita de reparos urgentes para sua conservação e ampliação.

Não temos, no Estado, uma Escola Agrônômica, uma Escola de Veterinária, com instalações semelhantes às existentes nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, como necessitamos, afim de que sejam preparados os homens de elite de amanhã,

no estudo e na exploração das possibilidades do Vale.

Seria, pois, medida de alto alcance sugerir:—

a) A refôrma da Escola Técnica de Manaus e seu regular funcionamento, dado que até hoje ela não produziu os resultados esperados;

b) A fundação, na Capital, ou mesmo no interiôr do Estado, preferivelmente no Baixo Amazonas, de uma Escola de Agronomia e outra de Medicina Veterinária;

c) A criação de um Instituto de Pesquisas Educacionais;

d) A refôrma das leis orgânicas do Ensino Primário e Normal;

e) A criação de um Departamento de Saúde Escolar e um outro de Educação Física.

III

MANUFATURAS

Do ponto de vista industrial, pensámos que ainda é cêdo para tentarmos a instalação de um parque manufateiro, que baste às nossas necessidades. As dificuldades de transporte, a carestia de vida, e a carência de operários-técnicos e mesmo de braços são fatôres precipuos, na atualidade, que impedem a realização dêsses pontos.

Mas isso não quer dizer que desprezemos empreendimentos de facil realização. Durante muito tempo importámos, no Amazonas, têlhas de Marselha, pedras de Lisbôa, pinho de Riga para assoalhos e até tijólos para as nossas construções.

Chega a ser incrível que, em sua grande ma-

ioria, até os dormentes da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tenham sido importados da Austrália!...

E muito menos acreditavel é que, ainda neste momento, com as nossas imensas reservas florestais, a EMPIRE TRATOR COMPANY, em Nova York, esteja negociando com o Brasil e a Argentina a venda de vinte cinco mil casas para operários'...

E podemos fornecer madeira ao mundo... em taboas, em dormentes, em portas, em janelas, e outras esquadrias applicaveis à construção de habitações.

Não se trata de proteger e incentivar, apenas, as empresas individuais e associativas, convem, sugerir a organização de Empresas do Estado,

Podemos ter grandes Olarias, onde telhas, tijolos e todos os materiais de cerâmica sejam fabricados.

Não é cousa nova o Estado como empreendedor, sobretudo quando as empresas dão possibilidades de proventos de facil percepção, tais como refinarias de assucar, importação de café, venda de alcool, fumo, etc.

A construção de casas higiênicas e baratas, aqui mesmo confeccionadas é outro imperativo da hora, como o aprovisionamento de leite e carne verde, utilissimos serviços para lutar contra a mortalidade infantil.

A juta poderia ser, aqui mesmo, industrializada. Em 1938 produzimos 57.625 kilos de juta, com o valor comercial de Cr\$ 62.887,20. A produção subiu vertiginosamente, de ano para ano, atingindo, em 1946, 4.944.714 kilos, com um valor

comercial de Cr\$ 18.900.927,00 É de notar, porém, que a produção de 1944, inferior à de 1946, em cerca de 120 000 kilos, teve um valôr comercial de mais de QUATRO MILHÕES DE CRUZELROS!... É que a cotação do produto está assustadoramente caído em nosso mercado interno!... Esta a razão porque mais vantajoso será, aos ju-teiros, vender sua produção à vizinha praça de Belem, a exportá-la para o sul do paiz, com a obri-gação da prensagem oficial. Saliente-se que no Estado do Pará a juta já está sendo industriali-zada.

Poderíamos fazer o mesmo, nêste Estado, mon-tando fábricas de sacos próprios à exportação para o sul, afim de serem utilizados na ensacagem do café, assucar, cereais e outros produtos.

Precisâmos pensar, sériamente, desde logo, no consumidôr regional, que trabalha para a gran-deza nacional, amparando-o objetivamente.

Resumindo: — Lembrâmos, à Comissão, os seguintes alvîtres:—

a) A montagem de Serrarias modêlos, em lu-gares-chaves do interior e da Capital, para bene-ficiamento de nossa madeira, a fim de ser facili-tado o seu transporte e exportação;

b) A montagem de Olarias, para fabricação de télhas, tijólos, mosaicos e outros materiais aplicaveis à industria de construções;

c) A montagem de fábricas de sacos e produ-tos diversos da juta nacional;

d) A criação de uma Comissão encarregada de designar a *localização das nossas industrias*;

e) Criação de uma mentalidade de *especiali-zação em relação à industria e de capital destina-*

do a publicidade no Sul, para favorecer o emprego de dinheiro particular e de grandes massas trabalhadoras nesta região;

f) Trabalho parlamentar, intensivo, visando a facilidade de transporte entre o sul e a Amazônia de um modo geral.

— IV —

SAÚDE

Quanto ao problema da Saúde Pública, melhor dirão os nossos especialistas no assunto. O Amazonas tem uma população de desajustados, de impaludados, de tuberculosos, notadamente onde a assistência médica é menor. O impaludismo depauperá e deprime, desanimando. Recordo-me que, em 1909, estive no Javary, Itecoai e Curuçá, época em que o impaludismo mais vitimou a população. Toda a população infantil desapareceu. Não se tomava quinino, — comia-se. Casas como a de PIO DE AZEVEDO VEIGA, em Nazaré, Perú, — em frente à Vila de Remate de Males, vendia kilos de quinino diariamente. Os navios deciam carregados de doentes, para não dizer moribundos e de momento a momento, parava a embarcação para enterrar um dos passageiros. Uma perfeita calamidade!...

Desnutridos, sem tratamento médico, especializado, felizes eram os que morriam, porque os outros, ou quasi todos os outros, enlouqueciam ou ficavam tuberculosos. E não havia médicos e não havia medicação outra, senão quinino.

Agora, com o abuso da aplicação da gleebrina, pois que ambiente, e tudo o mais não mudou, os

casos de loucura sucedem-se. Ha necessidade, urgente, de se prestigiar a ação apostolar dêsse moço culto, honesto e idealista que é o Doutor DJALMA BATISTA, que com outros esforçados médicos amazonenses, dirige a campanha de combate à tuberculose, ao flagélo nacional, ao impaludismo, à lepra e outras enfermidades. Necessitámos de assistência médica às populações infelizes do interiôr. Cada cidade, cada vila, cada centro de população, deve ter um médico residente no lugar, com ambulatório moderno e apto a atender os mais variados casos. Não se faz Saúde Pública sómente na Capital do Estado. Ao que estamos informados, sómente nas sédes das Missões Religiosas, especialmente salesianas, é que existem ambulatórios e pessoas diplomadas e não diplomadas, mas com conhecimentos de enfermagem, que se encarregam do tratamento dos que são abatidos pelas moléstias. Os navios, mesmo os maiores e de linha regular, muitos dêles não têm médicos e nem farmácia à bordo, para tratamento dos passageiros e da própria tripulação. Seria aconselhavel tomar a Comissão as seguintes providências:—

a) Ampliar o serviço das organizações federais, de saúde, que operam na Amazônia, sobretudo do SESP, afim de que as populações do interiôr tivessem completa assistência médica e farmaceutica;

b) Construção de Hospitais, rurais, em zonas mais populosas, dos rios mais essenciais, em lugares-chaves, afim de que os doentes das diversas regiões não tivessem que vir para a Capital afim de serem hospitalizados;

c) Obrigar cada Municipio a subvencionar os serviços de saúde;

d) Fazer distribuição, gratuita, de quinino, atebрина e outros medicamentos, de vitaminas, ensinando ao povo, em prospectos que fôsssem profusamente distribuídos, a melhor maneira de seu emprego e aplicação, assim como noções elementares de higiene;

e) Construção de hospitais, federais, sendo os principais na Capital e os demais no interior, destinados à hospitalização, de um modo geral, e ao tratamento da tuberculose;

f) Combate, intensivo, através de conferências e da colaboração da imprensa, contra as molestias contagiosas;

g) Subvenção, federal, ao DISPENSÁRIO CARDOSO FONTES e à Liga Amazonense Contra a Tuberculose, tudo de maneira eficiente, afim de que os beneméritos serviços de combate e profilaxia da tuberculose pudessem ser ampliados;

h) Creação de Fazenda, modelo, à margem direita do Rio Negro, destinada a possibilitar o abastecimento de carne verde e de leite e derivados à população, e que deverá ser mantida pelo Ministério da Agricultura.

i) Creação de novas Colonias Agrícolas, nos Estados da região amazônica, nos moldes da existente neste;

— V —

CONCLUSÃO

Encerrando as ligeiras considerações feitas, que enfecham as perspectivas sociais da Amazônia contemporânea, não devemos esquecer que qualquer órgão autárquico, com séde na Capital da

República, encarregado da planificação daquilo que se tenha de pôr em prática para, de melhor forma, defender os interesses desta vasta região e valorizá-la, será um mal que salta aos olhos das populações amazônicas, como bem demonstrou o eminente Sr. FIRMO DUTRA. Esse órgão deve ter como séde o coração da Amazônia, ou seja Manaus, Capital do Estado do Amazonas, ponto ao redor do qual estão os Estados do Pará, Mato-Grosso, e os Territórios Federais do Acre, Guaporé, Rio Branco, Amapá, etc.

Faço sinceros votos no sentido de ser coroada de êxito a realização desta Mesa Redonda, e que não percamos de vista que estamos, hoje, num mundo que se renova, razão porque se impõe uma mentalidade nova aos homens de responsabilidade.

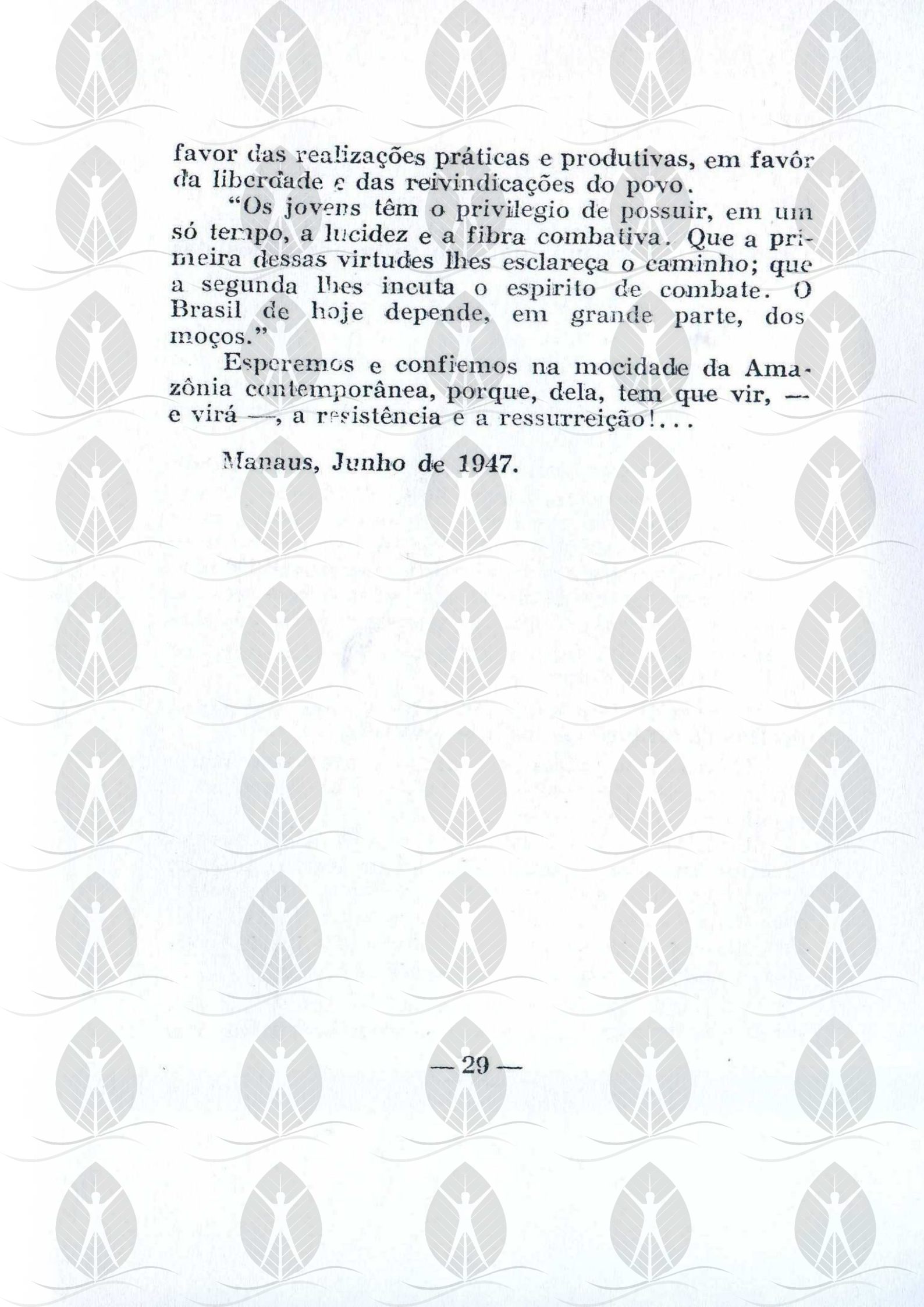
É indispensavel, tambem, que não se perca de vista que vivemos a **éra da técnica**, de concepções positivas e reais da vida, de que precisamos ter ideias claras e nitidas.

O mundo tem vivido, até aqui, nas dolorosas porfias da ambição e das lutas estéreis.

Os diversos paizes anseiam por uma paz fecunda, sob a qual se voltem para as coisas excelsas e criadôras do pensamento humano.

Confiemos, nesta hora grave e decisiva para a vida da Amazônia, para não dizer de todo o paiz, de todo o mundo, na mocidade brasileira, nos jovens, das Universidades, das Escolas, porque é com esse concurso que se há de operar a transfiguração politica e moral em que o mundo submergiu.

Cabe aos moços baterem-se contra a ilusão, contra a demagogia politica e administrativa, em

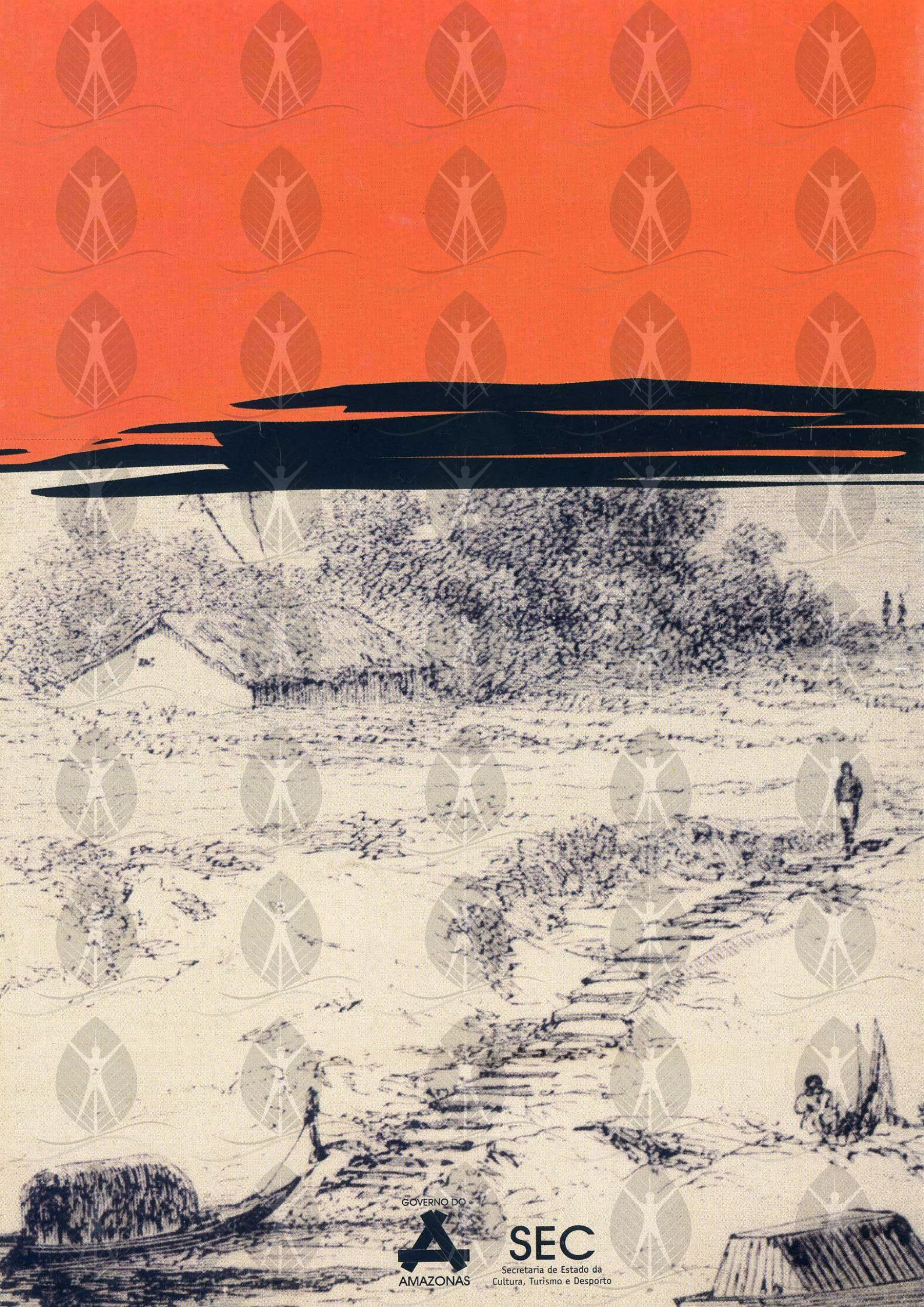
A decorative border consisting of a grid of stylized leaves. Each leaf contains a white silhouette of a human figure with arms raised, standing on a small base. The leaves are arranged in a repeating pattern across the entire page.

favor das realizações práticas e produtivas, em favor da liberdade e das reivindicações do povo.

“Os jovens têm o privilégio de possuir, em um só tempo, a lucidez e a fibra combativa. Que a primeira dessas virtudes lhes esclareça o caminho; que a segunda lhes incuta o espírito de combate. O Brasil de hoje depende, em grande parte, dos moços.”

Esperemos e confiemos na mocidade da Amazônia contemporânea, porque, dela, tem que vir, — e virá —, a resistência e a ressurreição!...

Manaus, Junho de 1947.



GOVERNO DO



AMAZONAS

SEC

Secretaria de Estado da
Cultura, Turismo e Desporto



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA